RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 06 de Novembro de 2026

Lula agenda reunião para discutir criação do Ministério da Segurança Pública

Presidente anuncia encontro com ministros para avançar em medida provisória que criará nova pasta após aprovação da PEC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou nesta quinta-feira (5) que realizará uma reunião nesta sexta-feira (6) para debater a elaboração da medida provisória destinada à criação do Ministério da Segurança Pública.

Durante transmissão em suas redes sociais, Lula informou que contará com a presença dos ministros Wellington César Lima e Silva, da pasta da Justiça, e Miriam Belchior, titular da Casa Civil, além de integrantes de ministérios da área econômica.

"Essa criação representa um anseio histórico do povo brasileiro. Não é um processo que se materializa de forma rápida. Precisamos estruturar a nova pasta, designar recursos, preparar adequadamente a Polícia Militar, estabelecer acordos com prefeitos e estados, e criar uma força municipal de segurança diferenciada. [...] Nosso compromisso é cuidar dessa população como nunca foi feito antes. Temos determinação para resolver a questão de segurança neste país", afirmou.



"Ainda não chegou o fim, muita coisa pode acontecer", diz Flávio na CPAC



Nos EUA, Flávio encontra Jim Caviezel, que interpreta Jair em 'Dark Horse'



Lula deixa definição do governo para depois da viagem à Turquia e Filipinas

A instituição dessa pasta integra as promessas eleitorais de Lula e será concretizada após a aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Senado Federal. Na última terça-feira (3), o projeto foi aprovado unanimemente em ambas as rodadas de votação, seguindo agora para promulgação.

Imediatamente após a aprovação, Lula publicou mensagem em suas redes sociais parabenizando os parlamentares: "Somamos a esse progresso a criação do Ministério da Segurança Pública, com ênfase em inteligência, planejamento e trabalho conjunto com governos estaduais e municipais para combater facções criminosas e milícias".

O Ministério da Segurança Pública surge como complemento estratégico à PEC aprovada pelo Senado. Atualmente, as atribuições de segurança estão vinculadas ao Ministério da Justiça.

Em fevereiro, Lula já argumentava que a PEC funcionaria para esclarecer o papel da esfera federal na segurança pública, ressaltando que a administração federal deveria colaborar em parceria com as unidades da federação e que a pasta necessitaria de investimentos para exercer essa responsabilidade.

Durante o evento de apresentação do programa Brasil Contra o Crime Organizado, realizado em maio no Palácio do Planalto, o presidente reiterou sua intenção de criar o ministério assim que houvesse aprovação legislativa. Justificou que adiara essa ação até que ficasse definida a participação da União no enfrentamento ao crime organizado, observando que as organizações criminosas se expandiram pela ausência de coordenação governamental.

Transformações no enfrentamento a organizações criminosas

A PEC estabelece penalidades mais severas para chefes e membros de organizações criminosas, grupos paramilitares e milícias, com sanções graduadas conforme a hierarquia dentro da estrutura. As medidas incluem encarceramento em presídios de máxima segurança ou especializados para presos temporários ou sentenciados, além de impedimentos ou limitações para progressão a regimes de menor rigor.

A legislação também estabelece restrições em benefícios. No âmbito patrimonial, contempla a confiscação de patrimônio associado a práticas criminosas, sem direito a indenização, e responsabilização de organizações empresariais envolvidas. Há previsão adicional de segurança para informantes e seus dependentes.

A PEC incorpora na Constituição o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), já regulamentado por legislação infraconstitucional. A cooperação entre órgãos de segurança será facilitada por meio de grupos de trabalho integrados e troca de dados e provas. O texto amplia também as competências da Polícia Rodoviária Federal para incluir vigilância em ferrovias e vias fluviais federais.